

POR FAVOR, NÃO MATEM A COTOVIA!



VOZ ÀS ESCOLAS | ANTÓNIO PEREIRA*

Reli recentemente o romance publicado no início dos anos sessenta por Harper Lee, e até há pouco o único, cujo título usurpei para este texto. O livro, vencedor do Pulitzer, conta uma história passada nos anos de 1930, numa pequena cidade do sul Estados Unidos racistas, segregadores e profundamente injustos, narrada por uma menina de sete anos e centra-se no julgamento de um negro injustamente acusado de violar uma jovem branca. A

“Como Harper Lee, apetece-me dizer que “é pecado matar uma cotovia” pois as cotovias “(...) não causam danos a ninguém”, apenas comem vermes e não estragam as colheitas. Por isso, matar a cotovia é matar um inocente.”

pequena narradora anda na escola. E embora o grosso da estória seja passado fora das paredes da mesma, há na narrativa duas pequenas passagens que me fizeram pensar o quão pouco distantes estamos da realidade de há 50 anos atrás no que se refere às situações de abandono escolar e à capacidade de promover o sucesso dos alunos, ainda hoje. Numa das passagens, após um pequeno desaguado entre aluno e professora, ao abandonar a sala de forma um pouco insolente, o aluno diz: “ - Ouça lá, a professora não me está a mandar para casa. É que eu estava mesmo para me pôr na alheta - já tenho que chegue para este ano”; e tem de ser um colega a explicar à jovem professora que a escola estava cheia de alunos que iam no primeiro dia de todos os anos e nunca mais apareciam. Noutra das passagens, é o pai da narradora que se refere à incapacidade de a escola esbater e contrariar os contextos de cada homem (aluno), não para os fazer iguais, mas para lhes conferir oportunidades iguais.

Salvaguardando as distâncias criadas pelo caminho entretanto já percorrido, parece-nos existir, ainda, uma infeliz atualidade nestas passagens do romance...

Esta (re)leitura coincidiu temporalmente com o anúncio de mudanças na educação, nomeadamente no que se refere às provas finais nacionais do 4º e 6º ano e, embora ainda não legislado, a um *curriculum* comum e único no ensino básico.

Não me compete, neste espaço e na qualidade em que escrevo, pronunciar-me sobre o valor intrínseco da decisão da tutela ou sobre se é melhor ou pior os alunos prestarem provas nacionais e em que ano curricular o devem fazer. Ao longo da história da educação – e nos tempos mais recentes, sobre estes aspetos, houve já de tudo: exames, provas, passagens administrativas, liceus, escolas industriais, comerciais e profissionais, percursos alternativos/diferenciados e percursos comuns, cursos vocacionais e profissionais. Há, no entanto, traços comuns a esta diversidade: fluidez e curta duração das opções educacionais que parecem depender mais das convicções de quem governa do que da avaliação das políticas.

Como referi, na minha qualidade de diretor escolar, não me compete ter convicções sobre as legítimas opções políticas. Enquanto cidadão e educador devo, contudo, preocupar-me com a inexistência de uma avaliação sistemática das mesmas que lhes possa conferir, independentemente de quais sejam e de quem as implementa, sustentabilidade e durabilidade. Os alunos não podem ser objeto de experimentalismos. Estas decisões (também) contam para o sucesso dos seus percursos escolares e para o ‘interesse’ que a escola pode ou não despertar neles.

Como Harper Lee, apetece-me dizer que “é pecado matar uma cotovia” pois as cotovias “(...) não causam danos a ninguém”, apenas comem vermes e não estragam as colheitas. Por isso, matar a cotovia é matar um inocente. Transpondo a metáfora, no meio de todas estas mudanças estão os alunos. Sendo os mais inocentes nestes processos, são eles e o seu futuro que estão sempre em jogo. Tenho esperança que, apesar das mudanças, os alunos serão a ‘cotovia’ que todos nos empenharemos em preservar.

* Diretor do Agrupamento de Escolas de Maximinos